

A violência contra as mulheres na cidade de Santa Quitéria do Maranhão

Francisca das Chagas de Sousa Pimentel¹
Ana Alice Torres Sampaio²
Ana Caroline Amorim Oliveira³

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade compreender as diversas formas de violência contra as mulheres em Santa Quitéria do Maranhão. Para isso, fez-se necessário entender os diversos tipos de violências acarretados contra as mulheres, bem como entender um percurso de luta e resistência até a formulação de mecanismos para coibir essas violências. Para isso foram realizadas análises bibliográficas e documentais e conversas informais com 20 mulheres com faixa etária 18 e 45 anos de idade, residentes no município que já presenciaram, vivenciaram ou vivenciam algum tipo de violência. A hipótese levantada é que a violência de gênero é decorrente de uma sociedade patriarcal, capitalista e colonial na qual existe o predomínio e hierarquização da masculinidade em detrimento do feminino. A pesquisa teve como resultado a identificação da violência de gênero, fruto do exacerbado machismo patriarcal, como uma prática legitimada e naturalizada nas relações familiares e sociais da sociedade quiteriense.

Palavras-chave: Patriarcado; Violência contra as mulheres; Lei Maria da Penha. Santa Quitéria-MA.

¹ Graduada em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Especialização em Tecnologias Digitais em Ambientes Virtuais da UFMA. E-mail: francisca.pimentel@discente.ufma.br

² Doutoranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-Pgcult/UFMA. Docente da Universidade Dom Bosco-UNDB. E-mail: torres.ana@discente.ufma.br

³ Doutorado em Antropologia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-Pgcult da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: oliveira.ana@ufma.br

O presente trabalho³ é uma análise interseccional sobre a violência de gênero que mulheres cisgênero vivenciam na cidade de Santa Quitéria, no estado do Maranhão, onde os índices de violência doméstica são significativos. Além das agressões físicas, verbais e psicológicas a que muitas quiterienses são sujeitadas, em algumas dessas situações as agressões se tornaram feminicídio (BRASIL, 2015).

É nesse contexto, que muitas cidadãs vivem em relacionamentos abusivos e que sofrem agressões de todos os tipos. Na pesquisa foi identificado que grande parte dessas vítimas não denunciam seus agressores, e aquelas que assim o fazem acabam voltando ao convívio deste. Há ainda aquelas que decidem se afastar do convívio da violência, porém acabam encontrando muita resistência por parte das famílias, de amigos ou da religião que frequentam, ou seja, passam a sofrer discriminação por romperem a relação tóxica e abusiva.

De todas as vezes que foi presenciado algum tipo de agressão, muitas vezes não as reconhecendo, o que mais nos intrigou foi a forma como as pessoas se posicionam em relação à agressão, pois acabam colocando culpa geralmente em quem deveria ser considerada vítima, e que em algumas situações acaba se tornando a “vilã”, na concepção das pessoas próximas, parentes e vizinhos. Se as mulheres continuam a convivência marital recebem críticas como “ah, essa aí gosta de apanhar”; se conseguem se afastar, recebem críticas como “largou o marido porque quer ser sem-vergonha”. Esses tipos de comentários são muito corriqueiros na sociedade quiteriense e nota-se que esse tipo de posicionamento induz ao silêncio das vítimas e à proteção dos agressores. Por consequência, impera a impunidade e a perpetuação da violência contra as mulheres.

³ O presente artigo é fruto do trabalho de pesquisa desenvolvido como trabalho de conclusão de curso da Francisca das Chagas de Sousa Pimentel intitulado “ A Violência Doméstica na cidade de Santa Quitéria do Maranhão” (2022) orientado pela professora Ana Caroline Amorim Oliveira. A construção coletiva do presente texto se dá a partir das trocas realizadas no âmbito das reuniões do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GAEP, registrado no Diretório do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), liderada pela mesma referida docente.

Dessa forma, pode-se dizer que a violência de gênero é uma realidade brasileira que está presente nos municípios de cidades pequenas, como Santa Quitéria do Maranhão. Esta violência decorre de uma sociedade patriarcal, capitalista e colonial, na qual existe um enaltecimento da masculinidade, colocando o homem como superior, e as mulheres como subordinadas, submissas. Isso acarreta uma objetificação da mulher, entendida como submissa, que deve obediência, a qualquer custo, ao homem, sendo isso perpetuado e naturalizado historicamente. Assim, cabe colocar que o principal objetivo desta pesquisa é compreender os diversos tipos de violências vivenciadas pelas mulheres cisgênero na cidade de Santa Quitéria – MA enquanto uma questão social, histórica e estrutural.

Dessa forma, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, refletir sobre o patriarcado/patriarcalismo e a violência de gênero; em seguida, descreveremos as interlocutoras da pesquisa e sua caracterização; logo após, iremos analisar os relatos das mesmas; e, por fim, as considerações finais.

O patriarcado e a violência de gênero

A sociedade brasileira é constituída nos pilares da dominação masculina, ou seja, a construção social desta é envolta à construção patriarcal. O patriarcado se caracteriza pela centralização do homem, cabendo à mulher os papéis considerados inferiores, como cuidadoras do lar, esposa e responsáveis pela manutenção dos filhos, estando colocadas socialmente em papéis de submissão, obediência, e servidão ao patriarca.

Essa estrutura social de poder estabelece a desigualdade entre homens e mulheres, perpetuando a opressão e dominação social. Mesmo com todos os avanços contemporâneos como grandes discussões e tratados internacionais, essa construção ainda acaba legitimando alguns tipos de violência – uma destas é a violência de gênero

–, especificamente contra a mulher, geralmente sendo cometida pelos seus companheiros, cônjuges, namorados ou alguém próximo a ela.

Entretanto, o olhar de reprovação da sociedade não é contra o agressor, mas contra a vítima, como se esta fosse culpada pelos atos absurdos dele: isso muitas vezes induz a vítima ao silêncio, o que é extremamente preocupante. Como enfatiza Saffioti (2001, p.132): a “aceitação da violência” derivaria justamente da ordem patriarcal de gênero, da primazia masculina. Essa "aceitação" encontra-se na naturalização social deste tipo de violência.

Na sociedade patriarcal, infelizmente as mulheres são vistas como incapazes de exercer qualquer atividade com êxito fora do ambiente doméstico. Isso mostra a desigualdade entre homens e mulheres, como pontuam Pereira et al. (2019, p. 6):

O controle sobre a mulher e a desvalorização feminina proveniente de uma cultura que naturaliza papéis masculinos e femininos, auxilia inclusive na justificativa do retardo para desconstrução de aspectos que por muitas vezes apresenta as mulheres como mercadoria e/ou incapazes de realizarem qualquer atividade diferente das atribuídas no ambiente doméstico.

Essa visão de objetificação das mulheres, sentimento de posse e a submissão feminina constituída pelo machismo produzem inúmeros meios de legitimar os diversos tipos de violências, sejam elas físicas, verbais, culturais e psicológicas, no âmbito familiar, como bem argumenta Cordeiro (2018, p. 376):

O fato de haver uma relação de violência contra a mulher e afetividade entre agressor e vítima, pode estar relacionado ao sentimento de posse culturalmente entranhado na sociedade como herança histórica, [...] a mulher era subjugada ao seu marido inclusive na jurisdição. Esse sentimento de posse é sustentado pela cultura influenciando a mídia de forma a romantizar tal posse.

O lugar das mulheres na sociedade, imposto culturalmente pelo patriarcado, condiciona uma estrutura perfeita à violência contra a mulher. Conforme Bandeira (2014, p. 457): “Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em

especial, como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina”. A dominação se apoia na exploração, e como relata Saffioti (2001, p. 117.): “Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração”.

As mulheres, sob influência dos movimentos feministas de resistência, estão mais atentas com relação às agressões, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais ou de qualquer outro tipo, especialmente aquelas por parte de seus companheiros, cujos comportamentos já não são considerados normais e aceitáveis, ao contrário do que ocorria há alguns anos. Mesmo com esses movimentos tão importantes, os índices são alarmantes com relação a esses tipos de violência, que acometem mulheres de todos os níveis sociais e étnicos.

O aumento de denúncias mostra apenas a ponta do iceberg, no cenário de naturalização da violência doméstica, já que grande parte das vítimas não chegam a denunciar. Pode-se ter uma pequena amostra da dimensão do problema social enfrentado pela comunidade brasileira, com a divulgação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, exposto em 07/03/2021, afirmam que os canais “disque 100” e “ligue 180”, do Governo Federal, registraram 105.821 denúncias de violência contra a mulher no ano passado, de acordo com o site Universa UOL(2021).

Os dados correspondem a cerca de 12 denúncias por hora. Desse total, 72% (75.894 denúncias) se referem à violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo ação ou omissão que causem morte, lesão, sofrimento físico, abuso sexual ou psicológico. É relevante pontuar que muitas mulheres acabam não denunciando, ou seja, se todas o fizessem, os índices triplicariam.

Grande parte das vítimas de violência se calam diante de tal situação por medo de sofrer alguma sanção da família, parentes, amigos. Em muitos casos, o que se observa, até por algumas mulheres acharem que serão “malvistas” socialmente, é a

predominância da construção patriarcal e machista imposta culturalmente, mesmo em mentes femininas. Quando a identidade feminina diverge da esperada, esta sofre discriminação, o que reforça o papel de subordinação das mulheres em relação aos homens. Como se observa nas colocações dos autores Pereira et al. (2019, p. 8):

Ainda existem cobranças exacerbadas à figura da mulher, em nossos dias, como se preciso fosse provar ao mundo a capacidade de desempenhar atividades cotidianas tão bem quanto os homens, em uma sociedade onde se disseminam ideias da família tradicional nuclear, como se a completude das mulheres estivesse, por exemplo, centrada no casamento e na maternidade, no cuidado da sua casa e empenho para o sucesso do seu marido e filhas/os. O imaginário cultural ainda reforça a ideia de que a atuação feminina na sociedade é limitada pela barreira do retrocesso histórico, bem como outras ideias absurdas, como a natureza feminina com o, ser mãe gentil ou a concepção de que “Amélia que era mulher de verdade”.

Diversas situações são impostas pela comunidade às vítimas, como a naturalização da agressão, enaltecimento à masculinidade, desvalorização matriarcal, descredibilizando a voz feminina, a voz agredida.

Cabe enfatizar que o envolvimento afetivo que a vítima mantém com seu agressor, impossibilita, de certa forma, uma resistência, ou um rompimento do laço que os une. O que leva, muitas vezes, a situações desastrosas, como é o caso do feminicídio. Nesse sentido, não se pode deixar de situar o papel da mulher no contexto, principalmente com relação à sociedade patriarcal e sua construção. Como citam Mesquita e Correia (2016, p. 27)

Em sua obra, Gilberto Freyre enfatiza a mulher brasileira e a caracteriza como "sexo frágil e Belo", diferenciando-a do homem, "sexo forte e Nobre". No regime patriarcal universo masculino caracterizou-se pelas relações de mando e autoridade ponto a organização familiar girava ao seu redor, e a mulher, os filhos e os escravos eram submetidos a sua autoridade ao homem sobressaíam a força e a intelectualidade, autoridade e a racionalidade.

A forma como a mulher foi vista na sociedade antiga e, conseqüentemente, continua a sê-lo na contemporânea, reflete em muitas maneiras de legitimação dos diversos tipos de violência de gênero. Como pontua Mesquita (2016, p. 29): “O que se

mostra evidente na sociedade patriarcal é a construção da diferença entre o homem e a mulher, que reforçam os conceitos de dominação e fragilidade”. Perpetua um imaginário feminino de fragilidade, dependência e subordinação, onde a violência encontra apoio na estrutura social e no conjunto de valores propostos pela sociedade.

Os diferentes tipos de violência doméstica, apesar de serem considerados ilegais e imorais, encontram sustentação no sistema de valores culturais, constituídos pelo patriarcalismo. Segundo Barreto (2004, p.64) o patriarcalismo é a estrutura que permeia a sociedade desde que esta se formou enquanto que o patriarcado é que o que funda a estrutura da sociedade e recebe o reforço institucional:

Patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência.

Dentro dessa estrutura social as mulheres vivenciam situações desesperadoras, algumas denunciam e se afastam do convívio do agressor, outras chegam a denunciar, mas retornam ao convívio deste, o que piora, e muito, pois muitas vezes há um aumento nas agressões. Como propõe Cordeiro (2018, p. 378): “[...]o ciclo de violência é “apenas um padrão geral que, em cada caso, vai se manifestar de modo diferenciado, onde os próximos incidentes poderão ser ainda mais violentos e se repetir com maior frequência e intensidade, podendo terminar muitas vezes, em assassinato”. Outras nem chegam a denunciar, por vários motivos.

Entre eles, estão a dependência econômica e emocional, os julgamentos pelos familiares, a preocupação com os filhos, entre outros. Nesse contexto, deve-se enfatizar a irrefutável relevância das leis em vigor, que garantem a integridade das mulheres, bem como sua valorização, mas para além disso é necessário que se proponham novas políticas públicas, com o objetivo de reeducar a sociedade, mostrando a maneira como

as mulheres são colocadas em relação aos homens, bem como compreender que essa visão de submissão das mulheres foi constituída social e historicamente, e que essa construção legítima e naturaliza vários tipos de violências de gênero. Como pontua Schimitt (2016, p. 26):

Os debates sobre a violência de gênero estão cada vez mais intensos na sociedade, e mesmo com suas diferenças de leis e aplicações, com a falta de impunidade e atenção à violência intrafamiliar, torna-se possível construir aos poucos um importante rompimento de pensamentos e ações que vão contra a igualdade de gênero. Deve-se reconhecer a importância do fortalecimento dos serviços especializados voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência a fim de que estes possam investir na capacitação e qualificação da equipe técnica, e em número suficiente para atender a demanda, que muitas vezes, não expressa a realidade, já que muitas mulheres ainda permanecem “caladas”, seja por vergonha, por medo, por dificuldade em romper com o ciclo da violência ou pelo contexto vivenciado.

Há nesse âmbito, a necessidade da desnaturalização dessas formas de pensamento. São influências machistas, que muitas vezes acabam levando a violências, principalmente no que diz respeito à convivência intrafamiliar. É necessário entender como essas situações se caracterizam como violência doméstica. Referindo-se a esta, propõe o Manual de Recursos das Nações Unidas (2003, p.13):

O termo “violência doméstica” é usado para descrever ações e omissões que ocorrem em variadas relações. Embora, em sentido restrito, designe os incidentes de ataque físico, pode abranger todas as violações de caráter físico e sexual, tais como empurrões, beliscões, cuspidelas, pontapés, espancamentos, murros, estrangulamentos, queimaduras, agressões com objetos, esfaqueamentos, uso de água a ferver, ácido e fogo. O resultado de tal violência física pode ir de pequenos ferimentos até a própria morte. O que começa por ser, aparentemente um ataque de pouca gravidade pode aumentar de frequência e de intensidade.

É, pois, interessante notar que, para além da ênfase à violência física, está também a violência psicológica e mental, que consistem em agressões verbais, perseguição, clausura e privações físicas, financeiras e pessoais, como restrições ao convívio familiar.

As mulheres entrevistadas para a pesquisa

As mulheres abordadas em nossa pesquisa foram selecionadas, algumas pela situação que viveram terem se tornado públicas: muitas dessas mulheres foram agredidas no meio da rua; e outras, em casa, em momentos que vizinhos presenciaram tais agressões. Chegamos até elas por amigos, conhecidos e parentes em comum, que nos relataram tais ocorridos e nos apresentaram às que não conhecíamos.

Procuramos essas mulheres, com o intuito de apoiá-las, escutá-las e compreender a situação em que se encontram, contudo nem todas as mulheres procuradas concordaram em falar sobre, e aquelas que participaram da pesquisa através de seus relatos, o fizeram sob a condição de que seus nomes não fossem divulgados, nem o bairro ou a rua que residem, embora muitas delas residam em um único bairro.

Foi o que constatamos em nossa pesquisa, por meio de conversas informais com vinte mulheres, com faixa etária 18 e 45 anos de idade, todas quiterienses, tendo essas, de alguma forma, presenciado, vivenciado ou vivenciam algum tipo de violência, em decorrência de seu gênero. Como condição da pesquisa, as interlocutoras solicitaram o uso de nomes fictícios para sua proteção, pois muitas dessas mulheres ainda permanecem no convívio de seu agressor.

A pesquisa de campo durou cerca de 11 meses, iniciada em fevereiro de 2021 e finalizada em janeiro de 2022. Foram procuradas várias mulheres durante o nosso percurso de pesquisa, mas somente vinte delas aceitaram falar a respeito, com a condição de não divulgarmos seus nomes, nem de seus familiares, companheiros ou ex-companheiros. Em razão do risco que corriam (e ainda correm) a autorização para a pesquisa e o uso de suas histórias se deu de forma verbal. As entrevistas ocorreram em diversos locais como residências de amigas, de pessoas próximas, nos locais de trabalhos das entrevistadas; locais onde fosse mais confortável e seguro para as interlocutoras.

Além da pesquisa através de conversas informais, procuramos também os órgãos responsáveis por auxiliar na prevenção, ou punição das violências sofridas pelas quiterienses, como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Secretária da Mulher, Hospital Municipal Dr. Zeca Moreira e Delegacia de Polícia Civil.

Para compreender em que circunstâncias a violência de gênero se estrutura na sociedade quiteriense, e quais as características das mulheres vítimas de tais violências, dispomos em uma tabela, com informações quantitativas e quadro informações qualitativas, para entender os níveis de escolaridade e a faixa etária das vítimas, bem como a cor de sua pele. Isso se torna relevante para traçarmos um panorama de abordagem interseccional, isto é, os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe, religiosidade, entre outros, das vítimas de violência de gênero em Santa Quitéria do Maranhão. Segue-se:

Tabela 1: Descrição referente a escolarização e cor das entrevistadas na pesquisa

Entrevistadas			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Não alfabetizadas
Negras	08	02	02
Pardas	04	02	-
Amarelas	-	02	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Doze delas são negras, seis são pardas e duas se consideram amarelas, com faixa etária entre 18 e 45 anos de idade. Nos cabe destacar que os nomes fictícios das vítimas e dos agressores foram usados visando a proteção das entrevistadas, no entanto,

a cor da pele e a idade das relatantes são dados verídicos. Só serão disponibilizados nomes nos casos de feminicídio publicizados em jornais e blogs.

Das vinte mulheres entrevistadas, que cerca de 60% se autoidentificam como negras, com idade entre 19 e 45 anos; destas, 10% não tiveram acesso à educação formal; 40% frequentaram o ensino fundamental, e somente, 10% concluíram o ensino médio: todas sofreram ou sofrem algum tipo de violência; seja ela física, psicológica, patrimonial, emocional ou simbólica. Dessas vinte, somente 30% se identificam como pardas e 10% como amarelas.

Com foco nas descrições expostas, podemos prosseguir com as análises e entendimentos, através dos relatos, sobre o contexto de naturalização da violência contra as mulheres na sociedade quiteriense.

A desigualdade de gênero, a construção patriarcal da sociedade brasileira e a naturalização das mais variadas formas de violência contra a mulher têm perdurado, ao longo do tempo, através de construções sociais sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira. Nesse sentido, abordaremos o contexto de violências e discriminações vivenciadas por mulheres quiterienses, não sem antes conhecer a cidade de Santa Quitéria do Maranhão- MA, campo empírico de nossa pesquisa.

Santa Quitéria é uma cidade localizada na Mesorregião Leste Maranhense, do Baixo Parnaíba maranhense, conhecida como “Capital do Baixo Parnaíba”; sua extensão territorial, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é de 1.430.330 km², e a população estimada para o ano de 2021 é de 25.884 habitantes. Uma cidade de religião majoritariamente cristã, segundo o censo de 2010, de maioria católica apostólica romana.

Pode-se dizer que a sociedade quiteriense é constituída por diversas manifestações culturais e religiosas, como festejos católicos e festas juninas. Por todo o seu território encontramos as mais diversas atividades, dentre elas a pesca, a agricultura e o comércio, entre outras. Apesar de suas particularidades, verificamos semelhanças significativas.

Dentre essas similitudes, podemos citar o olhar social com relação às mulheres quiterienses que, após a coleta de alguns relatos, percebemos não diferir da visão patriarcal da sociedade brasileira que legitima as mais variadas formas de violência contra a mulher.

Iniciamos com o relato que uma senhora de 40 anos de idade, comerciante, descreveu, quando questionada sobre o que achava do papel das mulheres na sociedade:

Essas meninas de hoje reclamam por tudo. Eu fui criada e ensinada que o marido tem direito de fazer o que quiser, meu marido antes de morrer tinha várias mulheres na rua. Quando descobri fui falar com ele e ele me deu uns tapas; fui reclamar pra minha mãe e ela mandou eu voltar pra ele. Minha mãe me dizia que pra homem não pega nada não. Agora pra nós mulheres qualquer coisa é motivo de manchar nossa reputação. Fui ensinada que o papel da mulher é ficar calada, aceitando a vontade do marido, pra não ser abandonada... Ah! Uma mulher largada é feio demais, minha filha! Mesmo hoje em dia, por isso fiquei com ele até ele morrer, morreu de acidente de carro, ele me xingava, me diminuía, mas era melhor do que ouvir na rua ou na minha família, que eu não prestava. Porque é assim que a gente é vista: se larga o marido, a culpa do casamento ter fracassado é nossa!". (Dona Maria da Luz, trecho retirado de uma conversa informal, realizada em seu comércio, em 23 de fevereiro de 2021).

Nota-se que a educação perpassa de geração em geração, sustenta o enaltecimento da masculinidade e constroi um lugar restrito à mulher, lugar esse de subordinação e inferiorização. Como podemos notar nas colocações de Santos e Andrade (2018, p. 6-7):

Sob este olhar, o papel oferecido ao homem é o de superioridade, poder, inteligência, racionalidade, virilidade, dominância e a vida pública que se volta para tudo que pertence a rua, ao mundo, passivo de total liberdade, para fazer o que quer, como quer e com quem se quer; enquanto as mulheres são passíveis de confinamento ao lar sendo considerados seres inferiores, o conhecido "sexo frágil" que depende da presença/figura masculina para sobreviver e se submeter enquanto norma geral da sociedade. Aos homens tudo é permitido e justificável enquanto as mulheres devem explicações não apenas aos homens, mas a toda sociedade, sua liberdade não existe em concreto.

Diante dessas afirmações constituídas historicamente, os homens, que muitas vezes são postos sobre um pedestal de superioridade, acabam olhando as mulheres

como um objeto que está ali à sua disposição, para servi-lo. Isso é ainda é presente na sociedade quiteriense. É o que se pode notar no relato de uma mulher quiteriense, de aproximadamente 25 anos de idade, vítima das mais variadas violências, que perpassou historicamente de uma geração para a outra:

Eu me sinto um lixo, me acho feia, como se não servisse pra nada. Meu companheiro, a pessoa com quem divido a casa fala isso todos os dias: que sou imprestável, incapaz, inútil, idiota, uma porcaria de mulher! Já chegou a me agredir fisicamente, mas parou de me bater, ainda me xinga e continua a me dizer coisas horríveis. Falei pra minha família, mas eles me disseram pra aguentar, pelo nosso filho, por que no momento não trabalho, e não tenho como me manter... A frase que sempre ouço da minha família é a seguinte: “se tá ruim com ele, pior sem ele”. É muito ruim viver assim, eu tenho nojo dele, já tentei até tirar minha vida... Não vejo saída pra mim, pois até minha família já me proibiu de falar disso com alguém. Denunciar, Deus defenda!, pois acho que ninguém acreditaria. Minha irmã sofre até hoje com o marido dela, mas não larga porque nossa família não permite. Ela já tem 15 anos de casada, e o marido dela deixa ela é trancada dentro de casa quando sai... Sabe o que mais me surpreende é que minha mãe passou pela mesma coisa com meu pai e não nos apoia a sair dessa situação, diz ela que uma mulher separada e mãe solteira não tem valor nenhum... eu vou aguentando até o dia que Deus quiser”. (Trecho retirado da fala de Bruna, por meio de uma conversa na calçada de sua casa, em 16 de março de 2021).

Dessa forma, há muita resistência em falar sobre esse assunto, pois algumas pessoas não somente as vítimas, mas também órgãos públicos e familiares preferem fingir que não veem a realidade à sua frente, pois essas violências são sustentadas como “comuns ou naturais” para as mulheres, pela família, igreja e comunidade. Uma vez que “os aparelhos ideológicos (Estado, Igreja, Mídia, Família, política, etc.) são os responsáveis por reproduzir historicamente as desigualdades entre os sexos” (SANTOS; ANDRADE, 2018, p. 6), de certa forma, impõe-se a aceitação desses tipos de comportamentos.

Nos cabe ainda enfatizar que desde o nascimento as mulheres já são condicionadas pelos aparatos ideológicos sobre “o que é ser mulher”. A nós, mulheres, é ensinado o que vestir, como falar, se portar em determinadas ocasiões, de que maneira se relacionar, quais profissões são mais adequadas a nós. São imposições que nos

inferiorizam com relação aos homens. Por exemplo: é comum ouvirmos frases como: “se veste direito para não provocar os meninos” ou “esse comportamento não é adequado pra uma mocinha”. Desta maneira “a mulher naturaliza a agressão, pois desde criança foi educada a seguir os padrões postos na sociedade e seu papel de subalternidade em relação aos homens” (SANTOS; ANDRADE, 2018, p.14).

É comum, em algumas situações, as mulheres precisarem se reprimir, ou se submeter ao que o homem quer. Sobre isso, podemos relatar aqui uma situação anômala, com relação a uma violência simbólica, sofrida por uma moça como forma de controle sobre o feminino, que diz respeito ao olhar de submissão com que a mulher quiteriense é vista no relato dessa jovem de 18 anos de idade. Ela foi advertida, ao entrar na escola, pela roupa que estava vestindo, o que é mais intrigante é a desculpa usada para que a moça não adentrasse na instituição. Segue o relato:

Cheguei na escola em uma quarta-feira à noite, um pouco atrasada, e fui barrada na portaria da escola, não pelo porteiro, mas pela própria diretora da escola. Reconheço que estava errada, pois fui com uma blusa não adequada para o lugar, mas a blusa que eu estava, não era nua, apenas não cobria totalmente os ombros, pois antes de sair de casa meu filho sujou minha farda, então tive que ir com outra blusa, até aí tudo bem... Mas fiquei surpresa quanto ao motivo da advertência, que por incrível que pareça... eram os meus ombros à mostra. Em tom de brincadeira, fui informada que os meus ombros provocariam os meninos e desconcentraria os professores do sexo masculino.... Naquele dia, fui apenas advertida, mas na hora do ocorrido me veio à cabeça as coisas que ouço em casa, que devo me vestir de forma a não provocar os homens, pois senão estarei dando liberdade para me assediarem. Entre outras coisas... de como uma menina deve se colocar no seu lugar. Enfim, coisas desse tipo.... Eu nunca mais fui pra escola com blusa de manga curta, e quando a manga da blusa é pequena coloco um casaco por cima. A advertência da direção me deixou em alerta, nunca fui assediada, mais já vi várias colegas serem.... Uma delas já foi assediada e quase estuprada, e quando a história veio à tona os nossos vizinhos falavam direto que a culpa era dela pelas roupas provocantes que ela usava... hoje ela tem depressão por causa de tudo o que aconteceu e nem sai mais de casa. (Relato de Antônia, obtido por meio de uma conversa informal, na casa de uma amiga em comum, no dia 25 de agosto de 2021).

Situações como estas, mostram o absurdo com que as mulheres são tratadas – situações em que nós, mulheres, devemos nos reprimir para não “despertar os desejos”

ou até “a fúria do sexo oposto”, caso estes sejam rejeitados. Isso retrata uma cultura do estupro, comumente reforçada na sociedade brasileira, onde muitas mulheres pelas roupas que vestem, ou vestiam no momento de tais violências, são culpabilizadas pelos estupros ou assédios sofridos.

Nesse contexto de naturalização da violência de gênero, decorrente de papéis construídos historicamente, colhemos vários relatos de mulheres que vivenciam, ou vivenciaram algum tipo de violência seja ela sexual, física, moral, patrimonial ou psicológica, que será disposto para compreensão das diversas situações vivenciadas por mulheres em situações de risco, na cidade de Santa Quitéria do Maranhão.

Durante nossa pesquisa, nos deparamos com diversas situações, dentre elas algumas observações empíricas, como a que ocorreu em 2020, quando uma vizinha, após uma grave discussão com seu companheiro, foi agredida fisicamente, e resolveu sair de casa; seu cônjuge, porém, não permitiu que ela saísse, nem que retirasse seus pertences. Ela, por medo de que algo pior acontecesse, chamou uma viatura da polícia militar, para que pudesse retirar objetos pessoais de casa. Assim que a viatura chegou a vizinha começou a retirar seus pertences. Nesse momento, o agressor, que conversava com os policiais e durante a conversa admitiu ter agredido a sua companheira, o fez de maneira muito espontânea, como se não houvesse problema nenhum com suas atitudes; suas palavras foram, especificamente: “as mulheres são muito exageradas, a gente não pode nem dar uns tapinhas nelas que já querem ir embora”. A moça pegou as suas coisas e foi embora, e mesmo diante da confissão do agressor os agentes policiais nada fizeram, não prenderam o agressor: apenas foram embora.

Os relatos se assemelham e por vezes se repetem, pois, em geral, essas mulheres se encontram desamparadas pelas instituições existentes na sociedade. Em alguns casos, a situação é muito extrema. Um dos casos que nos chamou muita atenção, uma descrição de violência, pode ser considerado uma tentativa de feminicídio. Elucidaremos o relato de uma senhora negra, cristã, de 45 anos de idade:

Eu vivo com meu companheiro há uns oito anos. Quando me casei, eu já tinha uma filha e um neto. O pai da minha filha veio aqui em casa deixar um rémédio pra ela, meu marido não gostou dele ter vindo aqui; toda vez que ele vem aqui, meu marido fica muito zangado. Nesse dia, depois que o pai da minha filha foi embora, entrei em casa, quando cheguei no quarto meu companheiro estava com uma espingarda na mão apontando pra mim, pensei que ele não teria coragem de atirar, mas ele atirou bem na minha cabeça... Só me lembro disso, e acordei no dia seguinte já no hospital...Graças a Deus, o tiro pegou de raspão e não deixou sequelas... meu marido foi preso, assim que melhorei fui visitar ele na cadeia. Ele me convenceu que não fez por querer, então dei mais uma chance, pois é ele quem sustenta nossa família. Enquanto ele estava preso levava a comida dele, fui atrás de um advogado e hoje ele tá solto. Isso aconteceu em 2019... De vez enquanto a gente briga, ele já até me bateu depois do ocorrido, mas fazer o quê, né? Os homens são assim mesmo, a gente que tem de ceder, se quiser manter o casamento. (Relato de Dona Chica, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio. Relato coletado em sua casa, em 15 de janeiro de 2021).

Se nota que existe uma dependência financeira, física, emocional e psicológica da vítima para com o seu agressor, porque “a dificuldade da vítima em se sustentar e sustentar os filhos faz com que ela se mantenha na relação sem manifestar o que é sofrido”. (CORDEIRO, 2017, p.10). Desta maneira, é interessante elucidar que a dependência também é um fator historicamente construído e se dá, majoritariamente, de maneira emocional, com promessas de mudanças de comportamento. Dessa forma, podemos pontuar as situações adversas de extrema vulnerabilidade que as mulheres quiterienses passam, como nota-se no relato de uma mulher pobre, parda e alfabetizada, de aproximadamente 30 anos de idade:

Vivo com um homem desde meus 18 anos de idade, hoje já tenho quase 30; temos três filhos. Minha relação com ele foi uma relação muito boa no início, a gente se dava muito bem nos primeiros anos, mas quando completamos cinco anos de relação, digo relação porque não somos casados, mas moramos juntos desde que começamos a nos relacionar. Depois de quatro anos, ele começou a ficar agressivo, me xingava, me batia, nada que deixasse marcas, começou com tapas, empurrões. Era uma situação muito dolorosa emocionalmente e fisicamente, mas sempre que ameaçava deixá-lo, ele me pedia perdão e me prometia mudar. A situação mais desesperadora que passei com ele, foi uma noite, já este ano, quando, por volta das 19:00 horas, ele começou a me agredir de todas as formas que se pode imaginar: me mandou ficar de joelhos, pegou no meu cabelo e colocou uma faca no meu pescoço.

Pensei que morreria naquele dia. Ele só não me matou porque minha sobrinha bateu na porta me chamando. Ele se assustou e me soltou, então abri a porta e sai correndo pra casa dos meus familiares, e lá passei alguns dias. Não contei pra ninguém por medo de falarem de mim e também por medo, tanto dele fazer mal à minha família, como por medo da reação dos meus irmãos. Depois de duas semanas que ele me procurava todos os dias, insistia que mudaria, me convenceu a voltar pra ele. Graças a Deus estamos juntos de novo, já tem alguns meses, e ele não voltou a me agredir. Confio que, dessa vez, a mudança é pra valer, pois não quero deixá-lo, pois apesar de tudo eu amo ele, e preciso dele pra criar meus filhos. (Relato coletado através de uma conversa informal com Nazaré, na casa de sua irmã, no dia 2 de setembro de 2021).

Notamos nesse relato, que novamente a questão das promessas de mudanças, a falta do apoio familiar e o medo do que os outros irão dizer, colocam as mulheres em situação de total isolamento emocional e, assim, vulnerável a mais violência. Em situações como essas de silenciamento, pensar em denunciar é quase impossível para a vítima, uma vez que a ocultação da violência decorre de diferentes fatores, onde “as mulheres não denunciam por haver uma dependência afetiva e econômica de seu parceiro, por ter medo das possíveis novas agressão” (CORDEIRO, 2017, p.10). Em decorrência de tais condições, muitas pessoas naturalizam a violência de tal forma, que muitas vezes preferem ignorá-las. Como é o caso de uma jovem mulher de 29 anos violentada várias vezes pelo marido, e se negava a acreditar no estupro dentro do casamento:

Estive casada durante dez anos, passei por muitas coisas ao lado do meu ex-marido: algumas boas, outras que hoje percebo que eram monstruosas. Fui violentada várias vezes por ele, pensei que isso não fosse possível – ser violentada dentro do casamento. Mas por várias vezes ele chegou em casa, e quando não estava disposta a ter relações sexuais com ele, me pegava à força, e me agredia, me xingava... eu me sentia um lixo, usada, um verdadeiro objeto. Isso corria com bastante frequência, porém eu tinha muita vergonha de falar sobre isso... já pensou falar que fui estuprada pelo meu marido? Quem acreditaria? Iriam ri de mim... e foi justamente o que aconteceu quando me separei dele. Não fiz denúncia porque pensei na mãe dele, e também como eu iria provar que meu marido me estuprou. Então quando me perguntaram o motivo de ter deixado ele, eu falei, mesmo envergo

nhada. Infelizmente, até hoje, tem gente que acha que é frescura, já faz um ano que o deixei, porém as marcas permanecem. Já uvi tantas coisas, em formas de conselhos, depois que me separei como: “A mulher tem que servir ao marido”; “A mulher deve satisfazer as necessidades do marido”... são coisas que me mostram que ele também pensava desta forma, por isso me usava como se eu fosse propriedade dele, sem se importar com meus sentimentos. (Conversa com Joana, ocorrida em sua casa, no dia 21 de setembro de 2021).

Conforme o exposto acima, nos cabe pontuar uma outra situação de violência sexual, que “caracteriza-se quando a mulher é obrigada, através de força física, coerção ou intimidação psicológica, a ter ou ver relações sexuais contra sua vontade ... Ocorre também quando a mulher é obrigada a se prostituir, praticar aborto ou é proibida de usar anticoncepcionais” (RIBEIRO, 2018, p.26). No relato, a seguir, a vítima não era obrigada a praticar sexo a força, porém era impedida de usar qualquer método contraceptivo, e aos 27 anos já tinha seis filhos:

Morei junto de um homem nove anos, ele queria ter dez filhos, mas eu não. Quando nosso primeiro filho nasceu comecei a tomar rémédio pra não engravidar, mas meu marido descobriu e jogou os remédios fora, dizia que eu ficaria doente se tomasse. Ele era bruto, mas não me batia, só me xingava muito, e gritava por qualquer coisa, era muito ciumento. Não deixava evitar gravidez de jeito nenhum, e assim nós fomos... quando esse menino aqui nasceu tive um sangramento muito forte e o doutor disse que eu não podia ter mais filho, que a melhor forma era fazer uma ligação das trompas, eu concordei e na cesariana mesmo foi feita, sem meu marido saber. Ele só descobriu no dia que saí do hospital; assim que cheguei em casa, contei pra ele, e ele me abandonou de resguardo e com seis filhos pra criar. Tudo por causa da ligação. Porque ele queria ter muitos filhos e eu não podia... eu não queria porque não temos como sustentar, mas ele queria de qualquer jeito. (Conversa realizada com Concita, em frente à sua casa, no dia 02 de julho de 2021)

Situações como essas são corriqueiras na vida de muitas mulheres, no contexto municipal, e que também se caracteriza como um tipo de violência. Apesar do relato nos deixar perplexos, isso é comum na sociedade, onde mulheres são objetificadas socialmente, como se sua capacidade se restringisse a cuidar do lar e parir. E quando seu comportamento diverge daquilo que se espera delas, se torna passível de algum tipo de

punição. E o abandono do pai e da paternidade é visto como algo permitido pela sociedade aos homens. No relato acima, percebe-se que o marido queria apenas “procriar” para provar sua masculinidade, mas não ser pai. Tanto, que os abandonou após a esposa ter feito a ligação das trompas.

Como se percebe na fala de Rita, vítima de violência física e psicológica não pelo companheiro, mas por seu irmão. Segundo este, por achar que seu comportamento não era o esperado para uma mulher “decente”:

Me casei cedo com meu primeiro namorado, eu tinha apenas 17 anos de idade, me casei apaixonada, meu marido sempre foi uma boa pessoa, mas com a convivência nos afastamos aos poucos... Conheci uma outra pessoa e me relacionei com ele, nossa relação durou cerca de um ano... Meu marido descobriu, conversamos e resolvemos nos separar... Até aí, tudo bem. Mas quando minha família ficou sabendo, fizeram um escândalo... A pior reação foi a do meu irmão mais velho. É bom dizer que minha família toda é evangélica... Bem, meu irmão, ao descobrir o porquê estava me separando, me agrediu fisicamente, me bateu tanto a ponto de ficar toda roxa. Segundo ele, o motivo de ter me agredido era para eu aprender a me comportar como mulher de verdade. Eu não fiz denúncia, pois meus pais me convenceram a não fazer. Mesmo assim, as agressões continuaram, meu irmão me xingava e me difamava. Era muito doloroso. As agressões só pararam quando voltei ao convívio do meu esposo. Nós estamos bem, apesar de não amá-lo, é melhor do que ser agredida de novo, pois meu irmão me ameaçava direto. (Parte do relato de Rita, coletado na casa de uma amiga em comum, no dia 8 de outubro de 2021)

A violência familiar é um fator recorrente quando o comportamento da mulher difere do esperado pela família, pela religião e pela sociedade, e as agressões podem ocorrer não apenas pelos seus companheiros, mas por homens da sua família que não aceitam determinadas condutas femininas. Os homens pais, irmãos, primos, etc, na lógica do patriarcado compreendem que as mulheres daquele núcleo familiar são seus objetos, e não sujeitos. Isso, a ponto de um irmão bater, violentar e obrigar a irmã a retomar a relação com o marido, mesmo o marido tendo aceitado o fim da relação. Essa conduta é algo constituído historicamente pelo patriarcado, pois se espera da mulher uma conduta dócil, fiel e obediente ao sexo masculino.

Nesse sentido, nos cabe enfatizar as consequências decorrentes das mais variadas formas de violação da integridade física, moral e psicológica das mulheres. Como podemos notar na fala de uma moça que, além de agredida, quase perde a mãe pelas agressões de seu ex-namorado:

Fui agredida várias vezes pelo meu ex-namorado, a gente brigava muito. Sempre era uma confusão, todos os vizinhos ouviam as brigas. Algumas vezes, ele chegou a puchar o meu cabelo no meio da rua, me dava tapas, empurrões, beliscões e até murros. Em uma das vezes que ele estava me agredindo, os motivos eram vários, mas desta vez em específico a agressão foi pela minha roupa, que segundo ele era curta demais... No meio da situação, minha mãe chegou e viu tudo, ela não ficou quieta e ele bateu nela, bateu tanto que ela foi parar no hospital. Aquilo foi o fim. Terminei com ele e fiz uma denúncia, orientada pelas pessoas que trabalham no hospital. Ele ficou preso algum tempo, mas agora está solto, eu e minha mãe estamos bem, mas tenho muito medo dele. (Relato de Luísa, entrevista realizada em sua casa, no dia 28 de setembro de 2021)

Os danos físicos são muitos, porém os danos psicológicos são incalculáveis, não só para a vítima e sua família, mas também para toda a sociedade, uma vez que as violências contra a mulher “podem causar depressão, problemas de sono, distúrbios alimentares e outras formas de transtornos mentais, como abuso de álcool e outras drogas” (OLIVEIRA; ROSSO, 2021, p. 8).

Em continuidade a esta análise das vozes silenciadas pela cultura patriarcal na sociedade quiteriense, nos cabe citar mais esta fala de uma jovem mulher, vítima de agressões:

Estou morando com o pai do meu filho tem três anos, viemos morar juntos quando engravidei. A nossa relação é muito difícil. Nesses três anos, já fui agredida várias vezes, os vizinhos chamaram até polícia em algumas das nossas brigas. A gente briga muito, porque ele bebe. Na última vez ele me agrediu, me deu um empurrão forte por cima da mesa, a briga foi tão feia que tive um aborto, não sabia que estava grávida, só soube quando cheguei ao hospital. Quando os vizinhos chamam a polícia, e a polícia chega, eu digo que é mentira dos vizinhos... eu não tenho medo dele, mas não vou deixá-lo porque essa casa que moramos é minha e ele disse que não vai sair. Eu também não vou! Também não denuncio porque tenho vergonha, e eu acho que não adianta... é uma situação triste e preocupante, mas fazer o quê, né? Foi eu quem procurei!(Relato de Graça, obtido através de uma conversa informal, na casa de uma vizinha, no dia 23 de outubro de 2021).

Nota-se no relato acima, que a vítima está sendo acometida de violência patrimonial que se caracteriza pela destruição de bens materiais e objetos pessoais ou a sua retenção indevida, nos casos de separação de fato, e no afã de coagir a mulher a retomar ou a manter-se na convivência conjugal (DELGADO, 2016, p. 1049). Ele usa a casa como meio de coagir a mulher a permanecer com ele, uma vez que a casa é dela, mas ele insiste em não sair.

Percebe-se que quando há uma invisibilidade da violência acometida, torna-se possível perpetuá-la, e desta forma “essa invisibilidade da violência estruturante de nossa realidade alia-se às desigualdades de gênero e, dessa maneira, ao negar direitos às mulheres e atribuir força e autoritarismo aos homens, acaba-se por legitimar e naturalizar muitas das violências sofridas por elas” (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015, p. 6). Como se observa no relato de Camila, que vive há 22 anos uma realidade de violências.

Me ajuntei com o João⁴ tinha 16 anos de idade. Logo em seguida, engravidei, e hoje temos sete filhos. Ele sempre foi agressivo, sempre usou a bebida como desculpa. Toda vez que bebe, me agride, me humilha, quebra tudo dentro de casa; já quebrou meus dentes, hoje eu uso dentadura, quebrou minha cara com um ventilador. Ele não é agressivo só comigo, agride também nossos filhos; os mais velhos, mesmo sendo novos, já saíram de casa por causa disso; ele briga com os vizinhos, e arruma confusão com todo mundo. Eu já larguei o João várias vezes, mas sempre volto pra casa, a gente que tem filho, e não tem onde morar, não pode largar o marido por qualquer coisa. Já perdi as contas de quantas vezes fui violentada, agredida, e também de quantas vezes fui embora e voltei. Eu não tenho casa, a casa que agente mora é de um irmão dele, então eu não tenho como mandar ele embora. Meu marido é um homem que acha que tenho que ficar só dentro de casa cuidando da casa, é muito ciumento e não me deixa trabalhar. Vivemos só com o bolsa família. Eu não posso abandoná-lo – primeiro, porque não tenho pra onde ir, e segundo, porque tenho fé que ele vai mudar, até porque a gente se casa é pra sempre. (Relato de Camila, obtido em sua casa, em 8 de julho de 2021).

Situações como a que vimos no relato acima, são acarretadas principalmente pelo papel atribuído às mulheres na sociedade. Desta forma, a mulher, por não ver solução, acaba convivendo com os mais variados tipos de agressão e humilhação. E muitas vezes, só acabam tendo forças para se livrar de tais circunstâncias quando se encontram em estados desesperadores: foi o caso de uma mulher que teve que tomar uma atitude, diante do que vivia há anos, para não ver seu filho matar o pai, ou o pai matar seu filho, como a fala que se segue:

Passei muitos dias difíceis, meu marido vivia viajando pra trabalhar, e eu ficava com nossos três filhos. Eu não podia trabalhar, pois ele não deixava; ele era um homem muito “bom”, aparentemente, para os outros, e também não deixava faltar nada dentro de casa. Quando ele estava fora, a gente vivia tranquilo, mas quando ele chegava de viagem era um inferno. Como ele era muito ciumento não podia nem sair na porta que ele já queria me agredir. Ele, muitas vezes, me bateu de cinto, como se fosse meu pai, e meus filhos cresceram vendo aquilo, e começaram a se revoltar... Em uma ocasião, meu filho mais velho viu uma briga, onde meu ex- marido queria me agredir mais uma vez, como de costume, porém o menino já estava grande e entrou no meio. E ele expulsou meu filho de casa...e eu, com medo, fui junto; deixei o marido em casa, e saí... fui a delegacia e a polícia exigiu que ele quem tinha que sair da casa. Hoje eu vivo tranquila com meus filhos... mas tenho medo dele, ou do meu filho querer fazer mal ao pai dele. Ele não foi preso, pois depois que ele me entregou a casa eu retirei a queixa. (Parte do relato de Neuza, obtido em sua casa, no dia 10 de junho de 2021).

⁴ Nome fictício dado ao companheiro (agressor) da Camila, nome também fictício.

Refletindo sobre o exposto acima, notamos que houve a retirada da denúncia, impossibilitando que o agressor fosse devidamente punido. Isso ocorreu após o ex-companheiro ter sido obrigado a deixar a casa para a mulher e os filhos. Provavelmente, uma maneira de se livrar dele, ou por medo de possíveis confrontos entre o filho e o pai.

Há circunstâncias em que as mulheres, mesmo já tendo saído do relacionamento abusivo, ou do convívio com o agressor, não o denunciam pela esperança de uma mudança do agressor e também por uma possível reconciliação. É o que podemos notar em parte da fala de uma jovem de 22 anos:

Moro com meu namorado tem apenas dois anos, quando conheci ele, eu estava morando com meu ex; começamos a conversar e logo me mudei pra casa dele. Eu já tinha uma filha, e deixei com o pai dela quando me mudei com Pedro⁵. A convivência era bem complicada, pois ele não trabalhava, passava o tempo todo dentro de casa me vigiando... ele controlava tudo, minhas roupas, com quem eu falava, nem celular podia ter. Já fui agredida algumas vezes, sem contar que não podia conversar nem com a minha mãe; ele tomou meus documentos, meu cartão do bolsa família, eu estava amarrada a ele. Com tudo isso, eu me sentia triste, angustiada, pois ele também não permitia que falasse com minha filha, segundo ele para não ter contato com o pai dela, ... Por várias vezes, ameaçei ir embora, mas eu não tinha pra onde ir, e ele, sabendo disso, continuava a me agredir, me xingava das coisas mais horríveis que se pode imaginar. Mas em outros momentos, ele era muito carinhoso... Meu ex-namorado e pai da minha filha, em uma oportunidade, me ofereceu abrigo, pediu que retornasse pra casa dele... Minha mãe e a polícia me ajudaram a ir embora, e mesmo assim não denunciei. Os policiais foram buscar meus documentos e as minhas roupas que ele não queria entregar. Quando fui embora, retornei para a casa do meu ex, mas fui grávida... Estou quase para parir, e ainda tenho esperança de voltar pra ele, mas ele precisa mudar para que isso aconteça. (Parte da fala de Fátima, obtida na casa de uma vizinha em comum, em 21 de novembro de 2021).

Observa-se, nesse sentido, a necessidade de estar junto à filha, que lhe impulsionou a sair da situação que vivia, porém esse mesmo sentimento materno pode levá-la de volta ao convívio do agressor, uma vez que se encontra prestes a dar à luz e,

⁵ Pedro é um nome fictício.

possivelmente, esse fato seja usado por ele para coagi-la ao retorno, tanto por meio de promessas de mudanças, quanto por meio de ameaças.

Partindo desse pressuposto, nos cabe ainda descrever as condições propostas nos relatos de mais cinco mulheres, sendo que as situações vivenciadas por elas se assemelham em alguns pontos ao que todas elas vivem, subjugadas aos seus companheiros.

[...] as agressões são frequentes, sempre me humilha, me bate. Já chegou a rasgar minha roupa no meio da rua, fiquei quase nua na frente de um monte de gente... Tenho vontade de voltar a estudar, porém ele me ameaça, diz que se eu quiser estudar, ele vai botar fogo em mim. Se eu for embora, ele vai atrás de mim, pois na família dele não tem ninguém que a mulher abandonou, e ele não vai ser o primeiro... ” (Trecho retirado da fala de Mila, coletado na calçada de sua casa, no dia 5 de novembro de 2021).

[...] a primeira agressão, se me lembro bem, foi um tapa na cara e muitos xingamentos, por cumprimentar um amigo do trabalho. De lá pra cá, nunca mais pude trabalhar. A gente passa por muitas privações, tenho vontade de trabalhar, mas ele me diz que se voltar a trabalhar ele vai pegar minhas coisas e jogar na rua. Segundo ele, “mulher dele não trabalha, ele é quem tem que sustentar a casa, pois ele manda e a mulher tem que obedecer...” (Parte da fala de Chaga, obtido em 24 de novembro de 2021, na casa de sua irmã).

[...] tenho um trauma muito grande, pois quando os meus filhos começaram a crescer eu quis trabalhar e estudar, mas não tive apoio, e nem tenho, me inscrevi pra fazer o Enem sem dizer pro meu marido e no dia da prova, eu contei que iria fazer, pois minha maior vontade é voltar a estudar e a trabalhar... Quando ele soube, deu uma gargalhada e disse que mulher dele não anda igual “vagabunda”. Me agrediu e rasgou a roupa que estava vestindo, nunca mais tive coragem de tentar... inclusive minha cunhada me arrumou um emprego, mas eu não tenho coragem de ir, pois ele já ameaçou que se eu for, ele vai me fazer vagonha no meio de gente...vivo dependendo dele.(Parte do relato de Duzaflitos, obtido na casa de sua mãe em 2 de dezembro de 2021).

[...] me desculpa, mas prefiro não falar de tudo que me acontece, mas posso te dizer que já perdi emprego, porque meu marido bateu no meu patrão e em seguida me bateu. Quando chegamos em casa... não tive coragem nem de sair na rua, pois todos do bairro ficaram sabendo o que aconteceu... Ele me agrediu muito por ciúmes. (Trecho da fala de Conceição, coletada em sua casa no dia 12 de dezembro 2021).

[...] fiz até a sétima série, e tenho vontade de estudar, e quem sabe um dia trabalhar fora de casa. Mas eu deixei esse sonho quieto, pois no início do ano veio uma mulher aqui em casa perguntando se eu não queria me matricular para estudar no Eja... Bem na hora, ele chegou e expulsou a mulher. Quando a mulher foi embora, ele me xingou dos mais absurdos nomes que existem, disse que eu não queria estudar, eu queria era ir ser sem vergonha e botar chifres nele, me trancou em casa por dois dias... (Parte do relato de Aparecida, obtido em sua casa no dia 3 de outubro de 2021).

É notório, nesse último relato, que a mulher foi vítima de cárcere privado⁶, que se caracteriza pelo impedimento, ou privação da liberdade de alguém. Nesse contexto acima pontuado, há uma privação da liberdade das mulheres, pois esses indivíduos têm receio de que elas se tornem independentes financeiramente, frequentem espaços sociais que não são comuns a elas, e que são inalcançáveis por eles, e adquiram também uma segurança emocional e psicológica, passando a se empoderar e se revoltar contra tais situações. Por isso, elas são condenadas ao espaço privado imposto pelos homens de sua convivência, para que estes não percam o controle que exercem sobre elas.

A violência contra a mulher é estrutural. Nota-se na ação da mãe de Rosa, que não abriu a porta para sua filha, quando essa queria se libertar de uma situação de agressão, ou seja, é tão natural que a mulher seja agredida na visão da sociedade, que a mãe manda a filha retornar ao convívio de seu companheiro, que havia lhe agredido.

Diante de tudo o que foi exposto, que os relatos de violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar se apresentam como formas de dominação “é por meio da violência, não só física, mas psicológica... coagindo a liberdade de pensamento, reflexão, de decisão e buscando o constrangimento, a diminuição, a renegação, fazendo com que a mulher abdique de si, demonstrando a supremacia do ser superior, no caso o homem” (MUNIZ; FORTUNATO, 2018, p.10).

Faz-se necessário apontar nesse percurso, um caso de feminicídio que ocorreu no dia 15/05/2021. O fato ocorreu no bairro onde foi colhida a maior parte dos relatos

⁶ Para mais informações sobre o crime de cárcere privado, consulte o site: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/carcere-privado>

descritos anteriormente. Rosy⁷ tinha 30 anos de idade, uma jovem mãe, pobre e negra, que após uma discussão com seu namorado, um jovem de 17 anos, foi alvejada com uma facada no peito, tendo vindo a óbito, ainda no local. O jovem foi preso, mas não obtivemos informações se foi liberado, ou continua preso⁸. Diante disso, nos cabe refletir o que tem sido feito a nível municipal para atender, acolher e orientar as mulheres quiterienses quer será desenvolvido em outro artigo.

A violência de gênero em Santa Quitéria-MA continua encontrando legitimação e suspensão em nossa sociedade machista e patriarcal, onde a mulher é vítima dentro de seu convívio familiar. E isso ficou ainda mais evidente a partir de 2020, no contexto da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-24, em que o isolamento social obrigou as vítimas a passarem mais tempo com o agressor.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com situações adversas, dentre elas a dificuldade em obter informações dos órgãos públicos municipais nesse âmbito. Porém, o mais difícil foi conseguir com que as pessoas falassem sobre a violência contra as mulheres, não só por parte das mulheres que vivenciam tal realidade, mas também por parte da comunidade em geral, pois percebemos que há um grande tabu, um receio em problematizar algo tão recorrente no cotidiano, que as pessoas abordadas sobre a temática preferiram não falar, como forma de não se envolver, como se falar lhes acarretassem problemas. Assim, notamos que a grande maioria preferia se silenciar, ou seja, não se posicionar de nenhuma forma.

Diante de nossa pesquisa, podemos dizer então que a violência de gênero faz parte da sociedade quiteriense, assim como do restante do país. Todavia, na cidade de

⁷ Nome verdadeiro da vítima, pois o caso se tornou público.

⁸ Essa não divulgação da situação do suspeito se dar, em primeiro lugar pelo fato do jovem ser menor, em segundo pela segurança dele, pois os irmãos de Rosy ameaçaram matá-lo.

Santa Quitéria, esta violência encontra um terreno perfeito à sua naturalização. Assim, o que percebemos, seja por meio dos tantos relatos colhidos, seja nas ocorrências realizadas na delegacia de polícia civil, é que, apesar de serem muitas as denúncias, elas não condizem com a quantidade de atos de violência relatados, isso porque muitas mulheres não chegam sequer a denunciar.

Constatou-se ainda, que as ações realizadas pelos órgãos públicos quiterienses, deixam a desejar, e percebemos isso tanto nas falas das entrevistadas, como na própria ação desses órgãos quando questionados de que maneira procedem ao se depararem com situações de violência contra as mulheres, certos de que aquele é um momento que a mulher está vulnerável, precisando de tanto apoio e orientação, e que, quase sempre, se sentem sozinhas. E mais: notamos que, nesses momentos, a comunidade acaba não se envolvendo de forma satisfatória, por ser algo corriqueiro e natural em seu cotidiano.

É necessário pontuar que é preciso levar a sociedade brasileira, e principalmente a quiteriense, a enxergar a realidade à sua frente, e para isso faz-se necessário propor planos de ação que visem, além de instrução, conscientização, problematização, buscando uma desnaturalização dos diversos tipos de violência. Essas ações deveriam envolver órgãos públicos, privados, sociedades civil e família. Uma das formas de ação poderia ser a de envolver as escolas como modo de educar as crianças desde cedo, levando todos os gêneros a reconhecer as diversas formas de violência que são legitimadas pelo patriarcado.

Referências

BRASIL. Lei N.º 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 05 de dez. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de

julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em: 05 de dez.2021.

CORDEIRO, D. C. S. Porque as mulheres não denunciam seus agressores? [CS-online]. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Sueli/Downloads/17512-Texto%20do%20artigo-73836-1-10-20181013.pdf>. Acesso em: 05 de dez 2021.

DELGADO, M. L. A violência patrimonial contra a mulher nos litígios de família. 2016. **Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões**, Porto Alegre, v. 2, n. 9, p. 5-23, 2015.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas.** **Psicologia & Sociedade**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 256-266, 2015.

MUNIZ, A. C.; FORTUNATO, T. Violência doméstica: da cultura ao direito. *In*: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro**; Brasília: CNMP, 2018, p. 8-19.

OLIVEIRA, R. R. R.; ROSSO, M. L; **Violência doméstica contra as mulheres e as consequências psicológicas: uma revisão da literatura.** **Unisul, 2021** Disponível em: [https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20080/1/Artigo%20Rayan a.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20080/1/Artigo%20Rayan%20a.pdf). Acesso em: 22 de nov. 2021.

PIMENTEL, Francisca das Chagas de Sousa. A Violência Doméstica na cidade de Santa Quitéria do Maranhão. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Ciências Humanas/Sociologia. Universidade Federal do Maranhão-UFMA. 2022. 60f.

RIBEIRO, L. C. **Violência contra a mulher nas relações domésticas: uma análise acerca da proteção conferida pela Lei Maria da Penha em face do direito comparado.** 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SELBACH, J. F.; LEITE, J. R. S. A. (Orgs.). **Meio ambiente no Baixo Parnaíba: olhos no mundo, pés na região.** Parnaíba/PI: Instituto Biodiversidade do Delta - IBD; São Luís/ MA: EDUFMA, 2008.

SANTOS, C. F. S.; ANDRADE, M. J. E. **A naturalização da violência de gênero na contemporaneidade.** *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, **Anais ...** Vitória-ES, dez./2018.

The violence against women in the city of Santa Quitéria do Maranhão

Abstract: The purpose of this work is to understand the different forms of violence against women in Santa Quitéria do Maranhão. To achieve this, it was necessary to understand the different types of violence caused against women, as well as understanding a path of struggle and resistance until the formulation of mechanisms to curb this violence. To this end, bibliographical and documentary analyzes were carried out and informal conversations were carried out with 20 women aged between 18 and 45 years old, residents of the municipality who had already witnessed, experienced or experienced some type of violence. The hypothesis raised is that gender violence is a result of a patriarchal, capitalist and colonial society in which there is a predominance and hierarchy of masculinity to the detriment of the feminine. The research resulted in the identification of gender-based violence, the result of exacerbated patriarchal machismo, as a legitimized and naturalized practice in family and social relationships in Quiteriense society.

Keywords: Patriarchy; Violence against women; Maria da Penha Law; Santa Quitéria-MA.

Recebido: 08/09/2023

Aceito: 07/05/2024